

Sarney diz que reforma agrária acabará com violência no campo

por Helena Doltra
de Brasília

O presidente José Sarney vem evitando de forma contundente que reações políticas contrárias às reformas a serem implementadas pelo governo conturbem o País. Ontem, num discurso de improviso aos membros do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Sarney cortou pela raiz as resistências contra a reforma agrária: "Estamos iniciando no Brasil um processo de reforma agrária com o objetivo de acabar com a violência no campo, de restabelecer a paz no setor rural, onde sofrem tantos brasileiros injustiçados, e de possibilitar a produção de alimentos. Não estamos iniciando uma guerra ou abrindo uma ferida. Ao contrário, estamos trabalhando pelos mecanismos de convivência pacífica".

A reforma agrária,

acrescentou o presidente, "busca a paz, e não a discórdia", e o debate sobre o tema deve ser democrático, e não passional. "Tenho dito e devo repetir perante os senhores: a iniciativa privada é a grande alavanca da riqueza na vida democrática; sem liberdade econômica não há liberdade política, onde a liberdade econômica entra em colapso os direitos individuais acabam e a própria liberdade, no seu todo, morre", afirmou.

O objetivo do presidente, no entanto, não se limita apenas a responder aos "bolsões" conservadores que se manifestam contra a reforma agrária, mas a atender ao seu próprio partido, o PMDB, que vem reclamando dos rumos seguidos pela política econômica do governo, opostos às idéias defendidas em praças públicas pela agremiação, respaldadas pelo anseio popular.

Pensando nesse problema, o presidente convocou ministros, ex-ministros e renomados economistas para debater, neste sábado, os rumos da economia. Um assessor do Palácio do Planalto disse ontem que a reunião na Granja do Torto servirá para "corrigir a rota da política econômica". Reiterou, contudo, que o presidente manterá compromissos firmados de combater com austeridade os gastos públicos e a inflação.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos articuladores do partido, que manifestará ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, preocupação com os rumos da economia, elogiou ontem a iniciativa de Sarney de reunir notáveis na Granja do Torto. A reunião servirá para ampliar o leque de informações da cúpula do governo sobre o assunto, conforme o senador, que acusa o governo de

promover com "lentidão" reformas prometidas pelo PMDB, tais como lei de greve e questões relacionadas com a dívida interna e externa.

O projeto de lei sobre negociações coletivas, que substituirá a Lei de Greve, será submetido ao exame do Conselho Político do governo antes de ser remetido ao Congresso Nacional. O Conselho reúne-se na próxima semana e deve dar seu primeiro parecer sobre o referido anteprojeto. O objetivo do presidente, ao submeter a matéria aos líderes parlamentares do governo, segundo o porta-voz Fernando Mesquita, é promover "amplo e exaustivo debate" sobre o tema e não postergar seu envio ao Congresso.

A Lei das Negociações Coletivas, todavia, não é definitiva, pois no Congresso poderá receber emendas que, inclusive, ampliem a iniciativa do Executivo.